

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004
Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89
A QUESTÃO SOCIAL
NO NOVO MILENIO
email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

Demografia Africana:

o caso da fecundidade em Moçambique

Sónia Cardoso

Assistente

Departamento de Sociologia

ISCTE

Tel. 21.790.32.98

Móvel 91.471.38.22

E-mail sonia.cardoso@iscte.pt

Morada

ISCTE (cacifo 225)

Av. das Forças Armadas

1649-026 Lisboa

Introdução

No âmbito da discussão promovida em torno da formulação inicial da teoria da transição demográfica, nomeadamente ao nível das premissas para a mudança dos padrões de crescimento populacional, destacaram-se duas questões para o desenvolvimento do estudo que se apresenta. São elas: por um lado, a importância da nupcialidade na regulação do crescimento demográfico e, por outro, a inversão da direcção dos chamados fluxos intergeracionais de riqueza como chave para a transição da fecundidade, nomeadamente em sociedades onde a transição ainda não ocorreu.

A teoria da transição demográfica, na sua formulação inicial (Notestein, 1945), foi apresentada como explicativa das desigualdades encontradas na população mundial, em termos de crescimento. Notestein propõe três padrões de crescimento populacional – estágio potencial de alto crescimento, estágio de crescimento transicional, estágio de declínio incipiente – que, articulados entre si, convergem na designada “transição demográfica”. Um crescimento acelerado ocorre no 2º estágio, onde se regista uma quebra da fecundidade e da mortalidade, embora esta última preceda a primeira, o que leva a um rápido crescimento.

A capacidade de influência de outros fenómenos, para além da mortalidade, na diminuição dos valores da natalidade e fecundidade, como as migrações mas, sobretudo, a nupcialidade, na regulação do crescimento demográfico, foi enfatizada por autores como Dupâquier (1972). Este autor constata a existência de um papel regulador da nupcialidade, no contexto das sociedades tradicionais, essencialmente agrícolas, através da interacção daquele fenómeno com os relativos ao movimento natural da população – natalidade e mortalidade. Referindo-se às sociedades da Europa Ocidental no Antigo Regime, verificou que as crises de mortalidade “permitiam” um acréscimo do número de casamentos, uma quebra da idade média no casamento, níveis superiores de fecundidade

(influenciados pelo calendário da nupcialidade) e um consequente rejuvenescimento populacional.

Considerando, nesta sequência, a diversidade de contextos, Chojnacka (1993) sintetiza as diferentes estratégias de formação das famílias, em função da articulação do calendário da nupcialidade com duas modalidades de fecundidade: “dirigida” e “não dirigida”. Concluindo que a fecundidade desempenhará o papel de componente rígida do sistema nas sociedades de casamento precoce e a nupcialidade terá esse papel nas sociedades de casamento tardio.

A diversidade de contextos apontada, que permite ensaiar distinções na natureza dos processos de transição – nomeadamente entre sociedades pautadas por modelos de nupcialidade precoce e outras por modelos de nupcialidade tardia – revela, também, não ser o povoamento apenas função de aptidões naturais e de subsistências mas também de relações agrárias e relações de produção que mudam muito lentamente (Dupâquier, 1972).

Assim, e articulada com a importância da nupcialidade na regulação do crescimento demográfico, surge a ideia de racionalidade dos comportamentos, na articulação entre as necessidades inerentes à sobrevivência comunitária e os recursos disponíveis. Caldwell (1976), a este propósito, refere que a chave para a transição da fecundidade se articula com a inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, motivados por uma nuclearização da família, a nível emocional e económico.

É neste enquadramento que se analisa a fecundidade em Moçambique, país inserido num contexto de franco crescimento demográfico e que se enquadrará num modelo de nupcialidade precoce. No estudo desenvolvido, tenta-se perceber de que forma se estruturam e articulam os fenómenos fecundidade e nupcialidade, analisando, para isso, os calendários fecundo e nupcial das mulheres moçambicanas, a sua articulação e a articulação desses calendários com a descendência final e atingida das mulheres estudadas.

Numa outra fase, tenta-se contextualizar socio-demograficamente as tendências encontradas, no sentido de relacionar eventuais comportamentos inovadores com a emergência da inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, apontando para um modelo de nuclearização familiar.

Isto é, analisou-se a fecundidade em Moçambique, sobretudo à luz do que se considera ser uma das condições demográficas prévias à quebra dos valores fecundos, a saber, a limitação dos casamentos (em termos de calendário e intensidade) que, de acordo com a sua significação abrangente, se articula e, sobretudo, revela transformações da vida familiar, da relação entre os sexos e do estatuto da mulher.

Para isso, sistematizaram-se conceitos, dimensões e indicadores, essencialmente de carácter demográfico e social, que ajudam à caracterização dos modelos das sociedades definidas como tradicionais e transicionais, quanto aos padrões da fecundidade. E que articulam a passagem de um a outro modelo com a reestruturação dos modos de organização social e familiar.

A componente empírica deste trabalho baseou-se na exploração dos dados resultantes da aplicação do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), articulados com resultados do II Recenseamento Geral da População, ambas as operações realizadas em 1997.

A recolha da informação para o inquérito deu-se através da aplicação de questionários de três tipos – questionários de agregados familiares, questionários de mulheres e questionários de homens – nos agregados familiares. A amostra foi desenhada no sentido de ser representativa a três níveis: nacional, provincial e quanto ao meio de residência (urbano-rural), tendo contemplado perto de 9000 mulheres, com idades compreendidas em os 15 e os 49 anos completos.

O tratamento dos dados para o estudo, após a obtenção da base de dados, foi feito pelo recurso aos programas SPSS e Excel.

Para além de uma caracterização inicial das inquiridas, foram calculados indicadores associados aos conceitos de calendário e intensidade dos fenómenos demográficos analisados. Para isso, recorreu-se à construção de tábuas demográficas, através de taxas específicas de 2.ª categoria.

A fecundidade articulada com a iniciação sexual e a nupcialidade

Começamos por considerar a configuração regional de Moçambique. As províncias situadas mais a Norte são Niassa, Cabo Delgado e Nampula. Ao Centro, temos Zambézia, Tete, Manica e Sofala e a Sul Inhambane, Gaza e Maputo. A Cidade de Maputo, na nossa análise, onde as diferenças demográficas a nível regional serão significativas, o que justificou a importância da consideração da variável regional, também foi considerada isoladamente e é portanto alinhada no seguimento das restantes províncias.

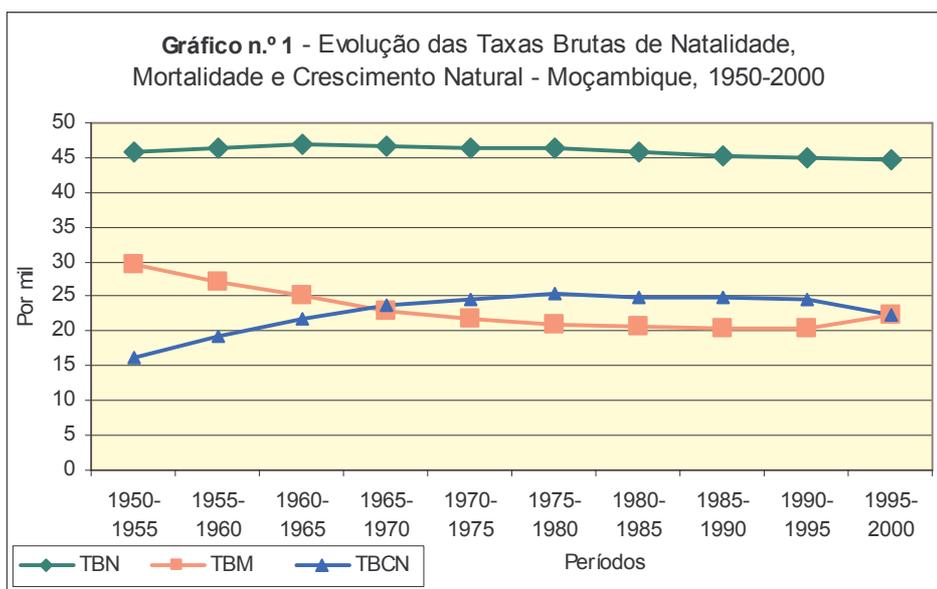
As províncias mais populosas, nomeadamente Nampula e Zambézia, situam-se no Norte e Centro do país, de acordo com dados do censo de 1997. Contudo, em termos de densidade populacional, é a região do sul do país a que regista valores mais elevados.

Quadro nº 1 - População residente em Moçambique por província e proporção face ao total do país, 1997

Província	População	Proporção(%)
Niassa	756287	4,95
C. Delgado	1287814	8,43
Nampula	2975747	19,48
Zambézia	2891809	18,93
Tete	1144604	7,49
Manica	974208	6,38
Sofala	1289390	8,44
Inhambane	1123079	7,35
Gaza	1062380	6,95
Maputo	806179	5,28
Cid. Maputo	966837	6,33
Total país	15278334	100

Fonte: INE, II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Resultados Definitivos - Moçambique, INE, Maputo, Agosto de 1999

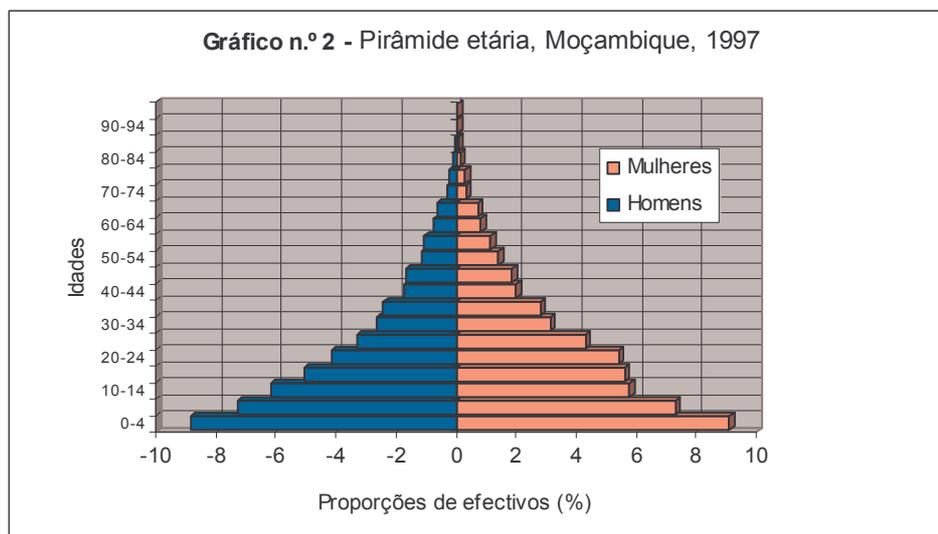
Em termos demográficos, podemos constatar que, se os indicadores relativos à mortalidade dão já conta de uma diminuição clara da incidência deste fenómeno, o mesmo não acontece quanto à fecundidade o que significa que estando já encetada neste país a transição demográfica (o que acontece exactamente com a quebra dos valores da mortalidade) não parece ainda ter-se concretizado uma verdadeira entrada na transição da fecundidade, estando assim Moçambique ainda numa fase intermédia do percurso da transição demográfica.



Com efeito, a curva da taxa bruta de mortalidade para a segunda metade do séc. XX revela uma tendência de quebra na ordem dos 10 por mil. Os valores do indicador sintético do calendário da mortalidade (esperança de vida no nascimento) afastam-se já do que autores como Chesnais (1986) associam ao regime tradicional de mortalidade, embora não se situem ainda a um nível moderno que acontece a partir dos 60 anos para as mulheres. E a taxa de mortalidade infantil apresenta uma diminuição considerável também no decorrer do mesmo período.

Por outro lado, se considerarmos agora o indicador relativo à natalidade e à fecundidade, e considerando, de acordo com teóricos da transição demográfica, que a fecundidade dirigida se considera encetada quando os valores da taxa bruta de natalidade se assumem abaixo dos 30 por mil (e que quebras para valores inferiores a 20 por mil apontam para a entrada na fase pós-transicional), começamos por ver que as taxas brutas de natalidade dão, desde logo indicação de se situarem numa fase pré-transitória, com valores claramente acima de 40 por mil ao longo de meio século. Valores que conjugados com os da taxa bruta de mortalidade revelam taxas de crescimento natural crescente, alcançando, no final do séc. XX valores perto de 2,5%, considerado de crescimento forte. Esta leitura é sustentada pelos valores assumidos pelo indicador conjuntural de fecundidade que, durante toda a última metade do séc. XX apresentou níveis fecundos na ordem dos 6 filhos por mulher.

Ora, deste cenário resulta uma estrutura populacional bastante jovem, no último momento censitário, em 1997, para a população moçambicana que contava à altura do censo, com 15.278.334.



Partimos, então, para a nossa análise com a percepção de que uma elevada fecundidade, em que se assegura, e mesmo duplica, a substituição das gerações, é ainda o padrão da fecundidade em Moçambique.

No entanto, uma análise mais fina à fecundidade do país, considerando critérios demonstrados teoricamente como importantes, permitiram dar conta da existência de uma fecundidade diferencial, em função de diferentes cenários. Foram consideradas as perspectivas longitudinal e transversal tendo também a análise por província sido considerada pertinente, pelas diferenças constatadas a esse nível aquando de uma caracterização socio-demográfica inicial das mulheres inquiridas.

Quadro n.º 2 - Idade média (em anos) à primeira relação sexual, ao primeiro casamento, no nascimento do 1º filho, segundo a região

Região	Niassa	C.Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cid.Maputo
Idade média à primeira relação sexual	14,92	15,36	14,48	15,46	15,72	16,38	15,73	15,81	16,50	16,22	16,50
Idade média ao primeiro casamento	16,15	16,59	15,22	16,62	16,77	17,08	16,98	17,76	18,22	18,12	19,11
Idade média no nascimento do 1º filho	17,96	18,52	18,12	18,79	18,14	18,38	18,37	18,87	19,06	18,46	19,00
Diferença entre e 1	1,23	1,23	0,74	1,16	1,05	0,70	1,25	1,95	1,72	1,89	2,61
Diferença entre e 2 (intervalo protogenésico)	1,81	1,93	2,90	2,17	1,37	1,31	1,39	1,11	0,84	0,34	-0,11
Diferença entre e 1	3,05	3,16	3,63	3,33	2,42	2,00	2,64	3,06	2,56	2,23	2,50

Do conjunto das inquiridas verifica-se, pelas médias das idades na iniciação sexual, no casamento e no nascimento do primeiro filho que a entrada na prática da sexualidade (15,76 anos) antecede a do primeiro casamento (17,12 anos) – o que corresponde ao limiar entre os padrões de casamento precoce e tardio – que, por sua vez, é anterior ao nascimento do primeiro filho (18,53 anos). E, em termos nacionais, os três acontecimentos ocorrem, em média, antes dos 20 anos.

Analisando estes calendários em função da província de residência das inquiridas podemos constatar que em Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Nampula (províncias que registam quase sempre uma maior precocidade em todos os fenómenos), os intervalos entre iniciação sexual e casamento são curtos face aos intervalos protogenésicos (entre casamento e nascimento do primeiro filho), os intervalos totais (entre iniciação sexual e

nascimento do primeiro filho) são superiores a 3 e superiores ao total nacional. O que se deve sobretudo à diferença entre casamento e primonfecundidade e o que deixa antever um controlo apertado da sexualidade pré-marital.

Em Maputo, Gaza e Cidade de Maputo encontramos as situações que mais se afastam das referidas. Temos um intervalo mais longo entre iniciação sexual e casamento face ao intervalo protogenésico (que é sempre inferior a 1 ano). O que se reflecte num intervalo total entre iniciação sexual e nascimento do primeiro filho mais curto do que nos casos anteriores. Outra característica que permite isolar estas três províncias, nesta leitura tem que ver com o facto de ser a primonupcialidade o fenómeno que apresenta uma maior diferença, no sentido do aumento, na idade média face às restantes províncias.

Considerando de seguida a fecundidade como um fenómeno renovável, isto é, não tendo em conta a ordem do nascimento dos filhos, é possível fazer uma análise do calendário, e do seu indicador sintético (a idade média das mães no nascimento dos filhos), numa perspectiva longitudinal, ou seja, por gerações das mulheres inquiridas. O que nos permite a constituição de grupos de províncias de acordo com as tendências reveladas pelas gerações, ao longo do tempo, quanto aos seus comportamentos fecundos, em termos de calendário.

Quadro n.º 3 - Distribuição das províncias, segundo a evolução, pelas gerações, do indicador sintético do calendário da fecundidade das inquiridas

Grupos	Províncias
Grupo 1	Niassa, Nampula e Zambézia
Grupo 2	Gaza, Tete
Grupo 3	Maputo, Cidade de Maputo, Inhambane
Grupo 4	Cabo Delgado, Sofala, Manica

Grupo 1 - províncias com idades médias no nascimento dos filhos mais jovens

Grupo 2 - províncias com idades médias mais avançadas

Grupo 3 - províncias de transição I (de idades mais jovens nos grupos geracionais mais

velhos para idades mais recuadas nos grupos mais jovens)

Grupo 4 - províncias de transição II (de idades mais velhas nos grupos geracionais mais velhos para idades mais jovens nos grupos mais jovens)

Assim, em Niassa, Nampula e Zambézia registam-se sempre idades médias, no nascimento dos filhos mais jovens. Gaza e Tete apresentam-se como províncias onde a idade média no nascimento dos filhos tende a ser sempre a mais elevada, nas diferentes gerações, face às restantes províncias. Em Tete isso será certamente tributário da mais elevada descendência a nível nacional o que levará as mulheres a estender a sua carreira reprodutiva até mais tarde e por aí a aumentar a idade média no momento do nascimento dos filhos. Num terceiro grupo, de transição, encontramos as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Inhambane em que se verifica um aumento da idade média no nascimento dos filhos das gerações mais velhas para as mais jovens. Num último grupo, também de transição, mas num sentido inverso, encontramos Cabo Delgado, Sofala e Manica. Com efeito, aqui verifica-se uma passagem de idades mais velhas na fecundidade, nos grupos geracionais mais velhos para idades mais jovens nos grupos de gerações mais jovens. Em síntese, podemos apontar, para Sul, a tendência para o aumento da idade média nas gerações mais jovens.

Quadro n.º 4 - Indicadores do calendário (idade média das mães no nascimento dos filhos) e da intensidade (descendência atingida) da fecundidade, por gerações (análise longitudinal) e nos últimos 5 anos (análise transversal), segundo região de residência das inquiridas

Região	Ger. 1948-52		Transversal		Diferença entre D50 e ICF
	Id. Média	D50*	Id. Média	ICF	
Moçambique	28,933	5,781	30,969	5,277	0,504
Niassa	27,903	6,196	30,784	6,233	-0,037
C. Delgado	29,805	4,483	30,808	4,789	-0,306
Nampula	28,592	5,654	30,403	5,854	-0,2
Zambézia	29,688	5,455	30,321	4,715	0,74
Tete	29,886	7,036	31,192	7,094	-0,058
Manica	29,833	6,61	31,895	6,818	-0,208
Sofala	29,466	6,882	31,647	6,13	0,752
Inhambane	28,025	5,063	30,013	4,736	0,327
Gaza	29,936	5,707	31,562	4,999	0,708
Maputo	27,436	6,22	31,058	4,725	1,495
Cid. Maputo	28,157	5,469	30,764	3,825	1,644

Considerando os resultados apurados na perspectiva transversal (foram considerados os 5 anos anteriores ao inquérito), encontramos idades médias no nascimento dos filhos consideravelmente altas – o que se explicará pela articulação deste indicador com o da intensidade da fecundidade (número de filhos por mulher) – na ordem dos 30/31 anos, consoante as províncias. Valores superiores aos encontrados, na perspectiva longitudinal, para o grupo de gerações mais velhas que se situam entre os 27 e os 29 anos completos, em todas as províncias.

Ainda na perspectiva transversal, verifica-se, de facto, valores elevados para o indicador sintético do calendário da fecundidade, sendo tanto mais elevado quanto mais se caminha de Norte para Sul do país. A sul, temos então as províncias com idades médias no nascimento dos filhos mais tardias, que se articulam com a entrada mais tardia na fecundidade, enquanto a Norte, as idades médias, sendo mais jovens, também encontram sintonia com as idades mais precoces já encontradas para a primofecundidade

Quanto ao indicador da intensidade da fecundidade (com a designação de D50 na análise longitudinal e ICF na análise transversal) verificamos, mais uma vez numa dupla perspectiva, que no grupo de gerações mais velhas em análise, se encontram descendências finais elevadas, com valores quase sempre entre os 5 e os 6 filhos por mulher. Encontramos Inhambane, Zambézia, Cidade de Maputo, Nampula, Gaza e Cabo Delgado com valores inferiores à média nacional. E Niassa, Maputo, Manica, Sofala e Tete com valores superiores.

A passagem para a análise transversal acentua outros aspectos. Com efeito, na análise de momento, em que avaliamos comportamentos mais recentes, encontramos, por um lado, maiores diferenças entre províncias, no número de filhos por mulher e, por outro, uma clara tendência para a separação de padrões de comportamentos entre províncias do Norte e do Sul e do Interior e Litoral, centrando a maior fecundidade na região Norte/Centro e Interior do país. Com efeito com um número de filhos por mulher mais reduzido face à tendência nacional, encontramos Cidade de Maputo, Zambézia, Maputo, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza. Com valores superiores surgem Nampula, Sofala, Niassa, Manica e Tete.

Analisando agora a diferença entre os valores do indicador da intensidade no caso da análise longitudinal e transversal, verificamos que duas províncias do Centro (Zambézia e Sofala) e todas as do Sul do país (Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo) sofreram uma diminuição do número de filhos por mulher, de resto também sentida a nível nacional. Aquelas em que a diferença é mais significativa são, sem dúvida Cidade de Maputo (que em termos transversais já regista menos de 4 filhos por mulher) e Maputo. Aquelas que viram aumentar a sua descendência foram, como que simetricamente ao caso anterior, duas do Centro (Tete e Manica) e todas as do Norte do país (Niassa, Cabo Delgado e Nampula) sendo Cabo Delgado a que regista a maior subida.

Primonupcialidade

A análise das idades médias no primeiro casamento permite uma análise sintetizada dos calendários primonupciais. Analisando estes indicadores para as diferentes províncias, verificamos uma maior estabilidade nos valores ao longo dos diferentes grupos geracionais, com menores oscilações face às encontradas para a fecundidade, sendo que, refazendo o perfil de cada província face aos critérios definidos para a fecundidade, podemos, novamente, encontrar grupos de províncias que se dividem em função do seu comportamento evolutivo pelas gerações.

Quadro n.º 5 - Distribuição das províncias, segundo a evolução, pelas gerações, do indicador sintético do calendário da primonupcialidade das inquiridas

Grupos	Províncias
Grupo 1	Nampula, Niassa, Tete, Zambézia
Grupo 2	Inhambane, Gaza , Maputo, Cidade de Maputo
Grupo 3	-----
Grupo 4	Cabo Delgado, Sofala, Manica

Grupo 1 - províncias com idades médias no primeiro casamento mais jovens

Grupo 2 - províncias com idades médias mais avançadas

Grupo 3 - províncias de transição I (de idades mais jovens nos grupos geracionais mais velhos para idades mais recuadas nos grupos mais jovens)

Grupo 4 - províncias de transição II (de idades mais velhas nos grupos geracionais mais velhos para idades mais jovens nos grupos mais jovens)

A supressão de um dos grupos (de transição) demonstra uma maior estabilidade da nupcialidade face à fecundidade, nos valores médios do calendário. Essa maior coerência na evolução das idades médias, ao longo dos grupo geracionais, face à média nacional, é

mais evidente nas gerações mais jovens e na articulação entre os resultados protagonizados por essas gerações e os obtidos através da análise transversal, revelando uma mudança mais afirmada e consolidada da nupcialidade face à fecundidade que parece mostrar maiores resistências à mudança, ao nível do calendário e até da intensidade.

Mas a mudança, como já pareceu perceptível quanto à fecundidade, já toca alguma regiões, bem localizadas, de Moçambique. Assim, mantendo os grupos que separam as províncias em função da evolução do indicador sintético do seu calendário, agora primonupcial, verificamos uma distribuição de províncias como a que consta do quadro seguinte. Nampula, Niassa, Tete e Zambézia constituem o grupo que regista idade médias ao primeiro casamento mais jovens. No segundo grupo, do qual, face à fecundidade, saiu Tete, encontram-se Inhambane, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, as quatro províncias do Sul do país.

Este grupo (que congrega as províncias com idades médias mais avançadas) foi o que sofreu mais mudanças, ao adquirir três novos membros, todos pertencentes ao grupo 3 (de transição das idades mais jovens para idades mais recuadas, com o rejuvenescer das gerações) no quadro da fecundidade. Ora, uma estabilidade da nupcialidade, parece verificar-se aqui. Mas é uma estabilidade que terá implicado já uma mudança destas províncias face às restantes (regiões mais a Norte do país, sobretudo), no sentido do atraso nos casamentos. Mudança encetada já pelas gerações mais velhas e cada vez mais consolidada pelas mais jovens, como será também visível pelos resultados da análise transversal. Esta mudança não estará, no entanto, ainda consolidada na fecundidade.

Num último grupo encontramos as províncias de Cabo Delgado, Sofala e Manica que, encontrando-se em transição, parecem tender a aproximar-se mais do 1.º do que do 2.º grupo no sentido em que as gerações mais jovens apresentam calendário nupciais mais precoces relativamente às mais velhas.

Assim, uma mudança mais consolidada nos comportamentos nupciais parece ser característica do Sul do país, A maior dispersão de províncias pelos quatro grupos definidos no caso da fecundidade, prender-se-á com o facto de a mudança que afectou, numa fase anterior, a nupcialidade, começar, agora, a afectar a fecundidade. Mas a maior conturbação situa-se ainda ao nível do calendário da fecundidade sendo a intensidade apenas atingida, num sentido de redução, quando consideramos o conceito de idade atingida e nos centramos nas idades mais jovens das gerações mais jovens.

A descendência final (aos 50 anos) das gerações para as quais temos mais informação não revela ainda grandes alterações. Pelo que parece que o calendário nupcial começa por actuar no calendário fecundo e este pode não afectar de forma significativa a intensidade, bastando, para isso, que se prolongue até idades mais tardias.

A análise transversal consolida as regiões do Sul como as mais tardias, em termos médios, a protagonizar os casamentos, sendo que a variação do valor do indicador das gerações mais velhas para a análise transversal é variável mas apresenta uma evolução ascendente (isto é, na análise transversal encontramos idades médias no 1.º casamento) em todas as províncias. Do que resulta que as províncias em que se casava mais cedo nas gerações mais velhas são as províncias em que se casa mais cedo actualmente e vice-versa.

Aquelas que se apresentam, então, como mais tardias, no primeiro casamento, na perspectiva transversal, são Cidade de Maputo, Maputo, Sofala, Inhambane e Gaza. As mais precoces são Nampula, Tete, Cabo Delgado e Zambézia. Tendo o primeiro grupo idades que se enquadrariam no regime de nupcialidade semi-tardia ou tardia e o segundo podendo identificar-se no regime de nupcialidade tardia.

Em síntese...

Os intervalos entre os acontecimentos que ditam a entrada na sexualidade, nupcialidade e fecundidade confirmam uma relação dicotómica, sobretudo entre as províncias das regiões Norte e as do Sul do país, relação essa já encontrada numa primeira fase de

caracterização das inquiridas. Assim, a uma tradicional associação entre sexualidade e nupcialidade, ao nível dos calendários de iniciação, determinada por intervalos curtos, mais a Norte opõe-se, a Sul, uma inovadora e mais próxima relação entre os calendários da primonupcialidade e da primofecundidade, bem como a dissociação entre entrada na sexualidade e no casamento.

A nupcialidade protagoniza, nesta fase, o papel de fenómeno *móvel*, cujos calendários de iniciação, dissociando-se da sexualidade, se unem aos da fecundidade, invertendo as durações encontradas para o padrão tradicional. Os intervalos alongam-se entre iniciação sexual e entrada no casamento e encurtam-se entre a primonupcialidade e o nascimento do primeiro filho.

Os comportamentos que definimos como inovadores são sobretudo característicos das regiões do sul do país, associam-se a uma adesão maior ao protestantismo, a uma maior percentagem de mulheres vivendo em meio urbano, a maiores níveis de instrução, assim como a uma maior diversidade de ocupações, nomeadamente proporções mais significativas de mulheres empregadas na área do comércio e dos serviços e em profissões mais qualificadas.

Indicadores como os relativos à poligamia, à diferença de idades entre cônjuges e à idade da inquirida e do cônjuge revelam-se bastante menos explicativos das diferenças encontradas ao nível dos calendários de iniciação e dos respectivos intervalos. O que indicia que não bastará o passar do tempo e o surgimento de novas gerações para a aceitação e apropriação de novas atitudes, sem que contextos muito específicos o favoreçam. E ainda que, de acordo com o critério considerado na escolha das variáveis seleccionadas como passíveis de regular e nivelar comportamentos, serão as variáveis de carácter mais individual do que familiar as que se revelam mais explicativas das diferenças.

A fecundidade, fenómeno considerado rígido nas sociedades em que o regime tradicional se baseia num sistema de casamentos precoce, nesta transição, mantém-se o fenómeno

mais estanque no sentido de manter calendários próximos dos do padrão tradicional, ou até antecipados. A transição da fecundidade – prevista a dois tempos – nestes moldes, parece estar a meio, de acordo os autores que defendem que a quebra da nupcialidade (transição malthusiana) antecede a da fecundidade (transição neo-malthusiana).

Da análise longitudinal da fecundidade, resultaram perfis que definem, mais uma vez, o antagonismo Norte/Sul sendo que nas regiões mais a Sul, se verifica uma maior homogeneização de comportamentos, entre grupos de gerações. No Sul face ao Norte, encontramos um aumento da idade média no nascimento dos filhos, das gerações mais velhas para as mais jovens. A Norte a relação é inversa. A estas tendências ditadas pelo calendário, juntam-se, ao nível da intensidade, descendências finais inferiores à média nacional, sobretudo a Sul (Inhambane, Zambézia, Cidade de Maputo, Nampula, Gaza, cabo Delgado) e superiores sobretudo a Norte (Niassa, Maputo, Manica, Sofala e Tete).

Estas tendências são ajustadas com a introdução da perspectiva transversal cujo contributo passa, entre outros aspectos, pela consagração da mudança e da sua temporalidade mais ou menos recente. Com efeito, a passagem de uma análise por gerações para uma análise de momento (relativa a um período de cinco anos de observação) dá-nos conta de uma acentuação da intensidade da fecundidade nas províncias a Norte, Centro e Interior (Nampula, Sofala, Niassa, Manica e Tete) e da diminuição a Sul e no Litoral (Cidade de Maputo, Zambézia, Maputo, Inhambane, Cabo Delgado e Gaza), através dos resultados do indicador conjuntural de fecundidade.

A primonupcialidade apresenta, apesar do carácter mais móvel que a caracteriza face à fecundidade, tendências semelhantes às deste fenómeno, com uma menor intensidade e um calendário mais tardio das mulheres mais jovens face às mais velhas, a Sul do país, e, também aí, um menor intervalo entre primeiros casamentos e nascimentos. No entanto, a transição da nupcialidade foi anterior à que parece estar a ser encetada, pela fecundidade, ao nível dos calendários. E fica claro que a nupcialidade se destaca da fecundidade, tornando-se, para já, o fenómeno precursor da mudança. Nas restantes províncias, a

tendência primonupcial acompanha a fecunda. Também aqui a transversalidade acentua o que foi deixado ver pela análise transversal.

Conclusão

As realidades verificadas a nível regional na conjugação das perspectiva longitudinal e transversal permitem a identificação de dois modelos, um definido como tradicional, outro como inovador.

No modelo inovador terá já sido encetada a chamada transição malthusiana que consiste na alteração dos padrões nupciais, no sentido do atraso dos calendários. Por outro lado, verificam-se, aí também já indícios de novas formas de gestão dos calendários fecundos (na Cidade de Maputo, a gestão da intensidade da fecundidade parece ser já uma realidade, também, com níveis inferiores a 4 filhos por mulher).

Este novo padrão, verificado já em certos contextos poderá associar-se ao alcance de um novo estatuto por parte da mulher que atenua a desigualdade entre os sexos, nomeadamente através da crescente formação e de uma forte participação nas actividades produtivas, assim como a transformação da célula familiar em estruturas matrilineares.

Na verdade, nestes contextos, as mulheres parecem ter encontrado condições para aderir a uma nova forma de racionalidade, que lhes é garantida ou possibilitada pelo acesso a um novo estatuto, já definido por características individuais e familiares que se sobrepõem à lógica colectiva. Caminha-se para o modelo de sociedade transicional, definido por Caldwell, onde a redefinição do estatuto individual e a possibilidade de centramento no núcleo familiar permitem a inversão dos fluxos intergeracionais de riqueza, agora possíveis de pais para filhos, segundo uma nova ordem de racionalidade económica.

Estas novas características permitem que a fecundidade adquira uma lógica própria e que mesmo havendo retrocessos na forma de organização socio-economica do país, os comportamentos fecundos mais inovadores poderão caminhar em paralelo com esses retrocessos.

Bibliografia

BANDEIRA, Mário Leston (1996), Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal, Coleção Análise Social, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

BANDEIRA, Mário Leston (1996), “Teorias da população e modernidade: o caso português”, in *Análise Social*, vol.XXXI (135), pp. 7-43.

CALDWELL, John C. (1968), Population Growth and Family Change in Africa. The New Urban Elite in Ghana, Canberra, Australian National University Press.

CALDWELL, John C. (1976), "Toward a restatement of demographic transition theory", in *Population and Development Review*, Vol. 2, n.º 2-3, pp.321-366.

CALDWELL, John C., BARKAT-E-KHUDA, CALDWELL, Bruce, PIERIS, Indrani, CALDWELL, Pat (1999), “The Bangladesh fertility decline: an interpretation” in *Population and Development Review*, Vol. 25, n.º 1, New York, pp.67-84.

CHESNAIS, Jean-Claude (1986), La Transition Démographique. Étapes, formes, implications économiques, *Travaux et Documents* – cahier n.º 113, INED – PUF, Paris.

CHESNAIS, Jean-Claude (1998), “La population des États-Unis depuis 1945”, in *Population & Sociétés*, INED, n.º 336.

CHOJNACKA, Helena (1993), “La nuptialité dans les premières étapes de la transition démographique”, Paris, *Population*, n.º2, pp.307-324.

DUPÂQUIER, Jacques (1972), “De l’animal à l’homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles”, *Revue de l’institut de sociologie*, n.º2, Éditions de l’Université de Bruxelles, pp.177-221.

FIALHO, José (1987), “Sexualidade e Antropologia – A sexualidade como fundamento de ordem e fonte de perigo. O caso dos Thonga do Sul de Moçambique” in Francisco Allen Gomes, Afonso

de Albuquerque, J. Silveira Nunes (coords.), Sexologia em Portugal, II Volume – Sexualidade e Cultura, Texto Editora, Lisboa, 1ª Ed.

HERTRICH, Véronique (1996), Permanences et Changements de l'Afrique Rurale: Dynamiques familiales chez les Bwa du Mali, *Les Études du CEPED*, n.º 14, Paris

HERTRICH, Véronique, PILON, Marc (1997), “Les changements matrimoniaux en Afrique”, *La Chronique du CEPED*, n.º 26, Paris.

Instituto Nacional de Estatística (1998), II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Indicadores Sócio-Demográficos. Cidade de Maputo, INE, Maputo, Dezembro.

INE (1999), II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Resultados Definitivos – Moçambique, Maputo.

LOCOH, Thérèse (1989), “La fécondité en Afrique Noire: un progrès rapide dans la connaissance du phénomène mais un avenir encore difficile a discerner”, in *Étude de la Population Africaine*, n.º 2, CEPED – Paris, Unité de recherche Démographique (URD) – Lomé, pp.37-66.

LOCOH, Thérèse, MAKDESSI (1995), Yara, Baisse de la fécondité: la fin de l'exception africaine, in *La Chronique du CEPED*, n.º18.

LOCOH, Thérèse, MAKDESSI, Yara (1996), Politique de population et baisse de la fécondité en Afrique Sub-Saharienne, *Les Dossiers du CEPED n.º 44*, CEPED, Paris.

LOCOH, Thérèse (1997), « Structures Familiales : l'Apport de la Démographie », in PILON, Marc, LOCOH, Thérèse, VIGNIKIN, Émilien, VIMARD, Patrice (dirs.), Ménages et familles en Afrique. Approches des dynamiques contemporaines, *Les Études du CEPED n.º 15*, CEPED – ENSEA – INS – ORSTOM – URD, Lomé, Paris, cap.1, pp.11-29

LOCOH, Thérèse, VALLIN, Jacques (1998), “Afrique noire: la baisse de la fécondité”, in *Population & Sociétés*, INED, n.º 338, Septembre.

LOCOH, Thérèse (2002), “Structures familiales et évolutions de la fécondité dans les pays à fécondité intermédiaire d’Afrique de l’Ouest”, Expert Group Meeting on Completing the fertility transition, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, New York

LOCOH, Thérèse (2002b), “Les facteurs de la formation des couples”, in CASELLI, Graziella, VALLIN, Jacques, WUNSCH, Guillaume (dirs.), Démographie: Analyse et synthèse. II – Les Déterminants de la Fécondité, Chapitre 28, INED, Paris, pp.103 – 142

VAN DE WALLE, Etienne (1996), “L’âge au mariage: tendances récentes”, in FOOTE, Karen, HILL, Kenneth H., MARTIN, Linda (eds.), Changements Démographiques en Afrique Subsaharienne, *Travaux et Documents* – cahier n.° 135, INED, PUF, Paris, pp.119-150.